

LUTAS SOCIAIS, PROJETOS PROFISSIONAIS E SERVIÇO SOCIAL

*Gláucia Lelis Alves**

*Luis Augusto Vieira***

RESUMO

Pretende-se nesse texto problematizar a relação intrínseca entre o processo histórico de constituição das lutas sociais, o papel ideo-político que os projetos profissionais assumem no reforço das concepções antagônicas de sociedade, sobretudo na ordem burguesa, a construção do Serviço Social como profissão e sua contribuição às lutas vinculadas aos movimentos sociais que se constituem calcados na busca pela emancipação humana.

Palavras-chave: Lutas Sociais. Projetos Profissionais. Serviço Social.

Devemos expressar a vida moderna em sua dureza, em seu ritmo e também em sua mecanicidade e desumanidade, para encontrar os verdadeiros alicerces do homem de hoje. [...] É necessário viver esse nosso tempo, jogar-se nele, sofrê-lo (CALVINO, 2009, p. 79-81)

Partindo do entendimento que os projetos profissionais são a expressão e síntese das condições materiais e objetivas em que se processam, historicamente, as necessidades sociais e as respostas que são construídas diante delas. Se faz necessário num primeiro momento situar que os projetos profissionais:

[...] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...]. (NETTO, 1992, p. 95)

No que se refere às lutas sociais, entende-se que essas situam-se no campo sócio-histórico do processo organizativo das *lutas mais gerais da classe*

* Professora adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: glelissas@yahoo.com.br

** Professor assistente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás. E-mail: lusaugustovieira@yahoo.com.br

*trabalhadora*¹. Tais lutas, embora muitas vezes se apresentem de formas esparsas e dispersas, trazem em seu conjunto as reivindicações legítimas de suas necessidades imediatas. Desse modo os projetos coletivos por sua vez, estão concatenados impreterivelmente a algum tipo de *projeto societário*, os quais,

[...] apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. [...] Os projetos societários são projetos coletivos; mas o seu traço peculiar reside o fato de se constituírem projetos macroscópicos, em propostas para o conjunto da sociedade. (NETTO, 1999, p. 93-94)

É importante demarcar ainda que, pensar projetos societários na ordem burguesa implica entender que no capitalismo tais projetos são constituídos conforme uma perspectiva de classe, que são permeados por uma *dimensão política* e que envolvem relações de poder; a construção desses projetos, em suas dimensões, política, social, cultural e ideológica são perpassadas pelas condicionalidades históricas e econômicas, no bojo da correlação de forças instituída.

MECANISMOS IDEO-POLÍTICOS DE REPRODUÇÃO DA ORDEM BURGUESA: ELEMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS

O sistema do capital em seu processo histórico vai assumindo uma função totalizadora, sobretudo no que se refere ao controle das instituições e das esferas da vida social. Essa função vem sendo balizada desde a divisão da sociedade em classes até o controle político e ideológico do capital em sua totalidade. Nessa perspectiva, Mészáros (2002) destaca a reprodução sociometabólica do capital. Na dimensão totalizadora da vida social, complexifica, cada vez mais, por meio do movimento do capital, seu caráter destrutivo. O capital revela-se não só como *entidade material*, mas como forma incontrollável do controle sociometabólico.

Nesse sentido, a apologia apregoada pelo sistema é a de que ele comporta estratégias altamente democráticas tanto do ponto de vista econômico, quanto político. Paradoxalmente, as estratégias de tomada de decisão e o controle da vida social perdem-se, em razão da capacidade de complexificação do sistema do capital. Outro ponto relevante para o fortalecimento das estratégias de controle e consolidação do projeto totalizador do sistema do capital é o próprio Estado como esfera de comando e dominação. O Estado complementa o potencial totalizador do capital, e ambos são componentes do controle sociometabólico do capital.

Uma das estratégias para consolidar esse controle, considerando a dualidade entre divisão da sociedade em classes e controle político, ocorreu por meio da divisão social hierárquica do trabalho, e separação das funções de produção e de controle do processo de trabalho. Por outro lado, para além dessa estratégia, fez-se necessário o controle ideológico para a manutenção do poder, como por exemplo, para justificar a desigualdade socialmente criada pelo sistema, considerada como algo natural. Esse processo, em virtude da determinação do sistema do capital, que deve se orientar para a expansão e se mover pela acumulação, gerou outro, que é permeado pela incontrolabilidade dessa mesma expansão. De acordo com Mészáros (2002, p. 101), “[...] graças a sua incontrolabilidade, o capital conseguiu superar todas as desvantagens que se opuseram a ele [...] elevando seu modo de controle metabólico ao poder de dominância absoluta como sistema global plenamente estendido”.

Alteraram-se assim, as formas de controle sociometabólico que, nas sociedades antigas e medievais, se moviam pela autossuficiência no relacionamento entre produção material e seu controle, para consolidar a difusão universal da alienação² e da reificação.

Na sociedade burguesa, o trabalhador não é entendido como homem em seu tempo livre de trabalho, ele somente se constitui como homem, como trabalhador proletário, em seu tempo de trabalho. O trabalhador, nesse contexto, é reduzido a suas estritas necessidades corporais, o que representa uma concepção restrita da condição do humano. Esta concepção se constrói e se legitima em decorrência da lógica burguesa que permeia as relações sociais, a produção e reprodução social pela dinâmica perversa estabelecida entre mercado, mercadoria, lei da oferta e procura, e livre concorrência, aspectos que perpassam e possuem rebatimentos diretos na relação entre trabalhadores e na própria concepção de trabalho da sociedade burguesa³.

Na análise da mercadoria e do papel central que exerce no sistema do capital, articulam-se alienação, fetichismo e reificação, pois a mercadoria constitui elemento fundamental da estrutura do capitalismo moderno, em todas as suas manifestações vitais. Nesse sentido, efetiva-se uma *objetividade fantasmagórica* em que as relações entre pessoas tomam o caráter da relação entre coisas, ocultando a essência fundamental da sociabilidade humana, ou seja, a própria relação que se estabelece entre os homens.

Com o capitalismo moderno, instituiu-se a esfera mercantil como forma de dominação efetiva, pela reificação, que então surge, no que se refere à

submissão da consciência do homem à mistificação produzida no conjunto das relações mercantis. Nessa equação, a força de trabalho assume também a forma de mercadoria, objetivada nessa dinâmica. Essa forma reificada, extrema, constitui-se no fetichismo da mercadoria, no contexto próprio do capitalismo.

As formas de reificação e a objetivação fantasmagórica da mercadoria expressam-se na fragmentação do processo de trabalho, pela redução do trabalho a funções mecânicas, repetitivas, reiterativas, em operações parciais, bem como, pelo processo de racionalização do tempo de trabalho necessário, quebrando a unidade do produto como valor de uso. A outra dimensão desse processo refere-se ao sujeito, efetiva-se sua fragmentação, ou seja, o homem passa a constituir-se como parte mecanizada e o processo de trabalho aparece, de forma mistificadora, apartado do ser social.

A redução do espaço e tempo a um mesmo denominador em virtude da racionalização e mecanização do processo de trabalho, em que o tempo é tudo quando passa a ser mensurado, calculado, pela especialização das funções e, onde ao mesmo tempo em que se fragmenta o objeto do trabalho, o mesmo acontece com os sujeitos do trabalho.

Somente no âmbito do capitalismo, constitui-se o processo de racionalização e mercantilização do trabalho, e essa característica distingue-o das outras formas de sociabilidade, pela universalização da esfera mercantil. Na universalidade das relações mercantis, a satisfação das necessidades humanas torna-se circunscrita à troca de mercadorias, separando o produtor dos seus meios de produção, substituindo as relações humanas por relações reificadas, e a base da reificação é o caráter desumanizado e desumanizante da relação mercantil. Como um processo que se institui pela capitalização radical de toda a sociedade, pela extração da mais-valia, pelo capital financeiro, mercantil, o capital constituiu-se como formas autênticas representantes da vida social dos homens, pela sua consciência reificada.

Nessa dimensão, situa-se a lógica fetichizadora do capital, que se complementa como relação social entre coisas, e o exemplo claro dessa dinâmica expressa-se na relação dinheiro-lucro-juro. Mészáros (2002, p. 102) analisa que “[...] o capital como produtor potencial de valor historicamente específico só pode ser consumado e ‘realizado’ [...] se penetrar no domínio da circulação”, redefinindo a relação entre produção e consumo. Essa dinâmica de liberação da autossuficiência na relação produção-consumo modificada pela circulação no sistema do capital potencializa-se com a mistificação produzida com base no *trabalho livre contratual*.

O problema do fetichismo, expressão mais complexa dos processos de alienação, apresenta na confluência entre trabalho e valor, o que redundará na materialização da mercadoria, ou seja, na contradição própria do sistema capitalista contemporâneo, e, ao mesmo tempo em que se explicita o caráter social do trabalho, ele é escamoteado por um caráter associativo. Trata-se a fantasmagoria consolidada pela equação entre relações sociais no processo de produção-relações entre coisas, apreendida na sua factualidade/naturalização.

Destaca-se a própria célula da economia capitalista, ou seja, a mercadoria e seus desdobramentos, na sua manifestação em forma de dinheiro e o que ele representa no conjunto das relações sociais de produção. Ao serem “coisificadas” as relações, há uma redução, pois, subsumem-se as mediações sociais inerentes às relações sociais, e o fetichismo consiste nessa operação.

O fetichismo é parte constitutiva da função totalizadora do capital, pois ele se afirma e se desenvolve cristalizando-se em coisas, escamoteando as relações sociais com base em coisas, mercadorias, no contexto próprio de consolidação extrema do capitalismo, potencializando-se na financeirização do capital, sua dimensão atual.

Na análise de Mészáros (2002) o fetichismo manifesta-se porque o próprio sistema do capital é um sistema de controle *sem sujeito*, em decorrência dos processos reificantes que se instauram nos processos de trabalho, na conversão da satisfação das necessidades humanas, por meio de mercadorias e do fetiche que exerce. Nesse sentido, imperam as determinações e os imperativos objetivos do capital em detrimento das necessidades humanas. Os representantes desse sistema não são mais do que personificações do capital.

Assim, a dimensão totalizadora do capital que vem se plasmando historicamente em suas condições de reprodução revela que os processos alienantes expressos na reificação e no fetichismo penetram na totalidade das relações de produção social e nas relações que viabilizam a sua reprodução. Universaliza-se a factualidade resultante da mistificação realizada pela mercadoria nas relações sociais.

Em nome da função totalizadora, constitui-se o Estado moderno, complementando o que Mészáros (2002) chama de metabolismo socioeconômico do capital. Há que se destacar a incontrolabilidade desse processo global de expansão, pois, nele, o capital constrói formas variadas de controle no campo da produção, da ideologia, da cultura, da educação, e assim por diante. Os processos alienantes também passam por uma expansão mundial, pois é preciso assegurar a

manutenção desse sistema, função exercida também pelo Estado capitalista que, para Mészáros (2002), constitui-se na estrutura totalizadora do comando político do capital.

Indaga-se então nessa análise se mesmo diante das contradições e da incontrolabilidade do capital (seu caráter destrutivo), como o sistema do capital reconstrói suas bases de sustentação, ou seja, quais as estratégias atuais para sua reprodução ideológica, econômica e social. Há que se considerar que o sistema ainda não esgotou sua capacidade de exploração e, conseqüentemente, da manipulação construída pelos processos alienantes que têm sua expressão máxima na reificação das relações sociais de produção.

De acordo com Mészáros (2002, p. 107), “[...] o Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sócio-metabólico. Sua função é retificar”. No processo de expansão global do capital, da sua capacidade de dominação, instaura-se o papel do Estado.

Mudanças no mundo do trabalho foram brutalmente consolidadas, como destaca Antunes (2005): redução do proletariado fabril estável, incremento do novo proletariado e do subproletariado, incremento dos assalariados médios e de serviços, exclusão dos jovens e dos idosos do mercado de trabalho; inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho feminino de forma precarizada.

Para garantir o processo de mudanças foram introduzidas estratégias no controle da burguesia sobre as crises cíclicas do capitalismo, e a maioria delas assumiu um caráter reformista, a exemplo da implantação do keynesianismo (que tinha por objetivo conter as crises por meio de ações governamentais). Destaca-se a funcionalidade dessas mudanças por ocasião da alteração do padrão produtivo fordista-keynesiano para o toyotista, com o intuito de maximizar a exploração da força de trabalho, bem como flexibilizar o processo de acumulação.

Assim, todas as relações são permeadas pela determinação das condições de funcionamento do mercado capitalista, ou seja, há uma busca incessante pela produtividade em todos os campos e, tendo em vista aperfeiçoar o gerenciamento das crises, o princípio da empregabilidade reproduz a desvalorização do direito ao trabalho, há uma revalorização da lógica competitiva, e o ser social passa a ser visto como um indivíduo consumidor. Desse modo, há uma mercadorização dos direitos, com a estreita relação entre mercado e Estado:

[...] o papel diversificado do mercado nas diferentes fases de desenvolvimento do sistema do capital, desde os intercâmbios limitados até o mercado mundial completamente realizado, é totalmente incompreensível sem relacioná-lo ao outro lado da mesma equação: a dinâmica igualmente variável do Estado como estrutura de comando político totalizadora (MÉSZÁROS, 2002, p. 120).

Da mesma forma, as inovações tecnológicas são consolidadas para servirem aos interesses do capital, como estratégia para a ampliação do Estado burguês (controle da informação) e para sofisticar a política armamentista, bem como o estímulo à subordinação do homem em relação à máquina. Nessa perspectiva de análise, o Estado tem como papel primordial, em sua corporificação coesiva, garantir a expansão e a extração de trabalho excedente e, dessa forma, a extração da mais-valia. Ao efetivar esse papel, “[...] reforça a dualidade entre produção e controle e também a divisão hierárquico/estrutural do trabalho de que ele próprio é uma clara manifestação”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 120)

Há uma recusa em desvelar a realidade social e regimes sociais transformam desemprego em lazer e produtividade em meios de fazer viver, sem revelar os perigos e responsabilidades das mudanças empreendidas pelo capital, nesse contexto, também não se evidencia o conflito. Na análise de Oliveira,

[...] a metamorfose do capital produtivo em capital financeiro retira o conflito da agenda entre os atores, sobretudo entre os trabalhadores [...] [que] não conseguem enfrentar-se com o capital financeiro, pois não tem relação direta com ele a não ser sob a forma nacional ou como consumidores. (2007, p. 45)

No entanto, as estratégias de correção dos defeitos estruturais produzidos pelo sistema, sobretudo no que se refere às tendências de equalização do índice diferencial de exploração e do crescente autoritarismo nos Estados, antes liberais, e, conseqüentemente, pelo desencantamento geral com a política democrática, não dão conta de eliminar os antagonismos do capital.

Qualquer forma de harmonização ou equilíbrio nos conflitos é temporária, e a concepção burguesa defende o equilíbrio de forças, considerando que esses antagonismos situam-se nas condições estruturais do próprio sistema. Há que se considerar a tríplice contradição inerente ao sistema entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação.

Dessa forma as contradições produzidas na base do sistema e os seus *defeitos estruturais* não serão superados unicamente por meio da intervenção política, nem

tampouco pela economia de mercado sem que haja mudanças fundamentais na ordem sociometabólica das sociedades pós-revolucionárias (MÉSZÁROS, 2002). No que se refere à configuração atual do processo de controle sociometabólico do capital, o sistema passa das pequenas unidades produtivas fragmentadas para gigantescas corporações transnacionais de sua plena articulação global, o que, de certa maneira, desafia a garantia de seu domínio ideo-político.

Assiste-se a um processo de financeirização da economia, expressa pela consolidação, a partir da década de 1960, de um mercado mundial do dinheiro. Há uma mercadorização desenfreada das relações sociais. Em sua nova fase, esse processo tem como características principais a ampliação das funções financeiras das corporações, transnacionalização dos bancos e empresas, dentre outras. Essa expressão do capital financeiro efetiva-se com a fusão de grandes bancos e empresas industriais e comerciais, bem como com agentes governamentais.

Assim:

[...] o capital financeiro envolve a fusão do capital bancário e industrial em condições de monopólio capitalista [...] A gestão desses monopólios converte-se em dominação da oligarquia financeira, que tende a crescer com os lucros excepcionais, os empréstimos estatais, a especulação com terras, dentre outros mecanismos (IAMAMOTO, 2007, p. 101).

A partir de fins da década de 1970 e início da década de 1980, o padrão fordista-keynesiano de acumulação do capital sofreu uma crise evidenciada pela diminuição da produção industrial, pelo endividamento do setor público e pela intensificação do desemprego estrutural. Segundo Hobsbawm (1995, p. 395), as décadas de crise iniciadas em 1970 deram-se em âmbito mundial, porém, apresentaram-se mais latentes em algumas regiões: “Na África, na Ásia continental e na América Latina cessou o crescimento do PIB *per capita*. A maioria das pessoas na verdade se tornou mais pobre na década de 1980 [...] para esta parte do mundo, a década de 1980 foi de severa depressão”.

A respeito da crise desse padrão, Antunes afirma:

A denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia [...] uma crise estrutural do capital, onde se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro [...]. Era também a manifestação [...] do sentido destrutivo da lógica do capital [...] presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias [...] começava também a desmoronar o mecanismo de regulação que

vigourou, durante o pós-guerra, em vários países capitalistas avançados, especialmente da Europa (2003, p. 31).

Diante desse quadro, configurou-se a constituição de uma “nova ortodoxia econômica”, o neoliberalismo. Instituiu-se uma guerra ideológica entre keynesianos e seus valores – altos salários, pleno emprego e Estado de bem-estar –, e os neoliberais – com as privatizações e o aumento do lucro como prioridade. As mudanças provenientes do ajuste neoliberal passaram a ser a base da economia e da política social, a partir do final da década de 1970.

Com base no modelo neoliberal, a reforma do Estado deve orientar-se para o mercado, abandonando instrumentos de controle político, restringindo a alocação dos recursos públicos, diminuindo as funções do Estado e fortalecendo as ações de natureza privada. O mercado passa a ser o espaço da garantia da eficiência e eficácia não obtidas no espaço público. Essa dinâmica envolve também a efetivação da política social que passa a se organizar pelos princípios da focalização (voltada para setores de extrema pobreza), pela descentralização (instituem-se formas de gestão locais) e pela privatização. E, ainda, sua efetivação é permeada pelo princípio da menor elegibilidade (ligado a mecanismos de seletividade) e pela incerteza do não direito.

No que se refere à questão do trabalho, intensificam-se o processo de substituição da capacidade humana pelas máquinas, a dispensa da força de trabalho vivo e o crescente desemprego estrutural, bem como o desenvolvimento da economia informal, paralela à “[...] combinação de pequenos empregos, serviços expedientes, compra venda e roubo” (HOBSBAWM, 1995, p. 405).

As contradições são estabelecidas pelo binômio industrialização/urbanização (máxima da sociedade moderna), pelo processo acelerado de tecnificação que avança também no mundo rural e no campesinato, alterando significativamente as relações sociais e de produção. Esboçava-se assim o princípio neoliberal e durante o auge dos teólogos do livre mercado, o Estado foi solapado mais ainda pela tendência de desmontar atividades até então exercidas, em princípio, por órgãos públicos deixando-as entregues ao mercado. Ocorreu então um enfraquecimento do Estado-Nação, um dos pilares da era moderna, em decorrência do conflito nacionalização versus transnacionalização – *nova* estratégia de expansão capitalista. Vale ressaltar ainda que atualmente o Estado cumpre um papel fundamental para garantir as condições de produção, as ameaças das classes dominadas, integrando as classes dominantes, tendo em vista difundir seus mecanismos ideológicos.

Dessa forma, é equivocado afirmar que o processo de mundialização suprime ou anula a importância do Estado como esfera reguladora das relações sociais; ao contrário, a função de comando político estatal intensifica-se, modificando-se para acompanhar a plasticidade da ordem do capital, estendendo seu poder às instituições financeiras, “[...] por meio do apoio econômico, da influência na nomeação de seus líderes e da interferência a favor de políticas favoráveis às empresas multinacionais de seus países” (IAMAMOTO, 2007, p. 120). Essa dinâmica expressa uma contradição do sistema, pois o processo de financeirização do capital exige, cada vez mais, a intervenção estatal, com o objetivo de administrar as crises do sistema financeiro. Nessa mudança na direção do Estado, ampliam-se e se intensificam também a transferência de riquezas e a precariedade do trabalho, agravam-se os processos de extração da *mais-valia*, da reificação, da flexibilização do trabalho, em decorrência da ampliação das dívidas públicas para conter as crises das empresas e finanças. Para resolver essa equação, são absolutamente funcionais os mecanismos ideológicos.

CONSTITUIÇÃO DAS LUTAS SOCIAIS – ELEMENTOS PARA O DEBATE

Entre fins do século XVIII e início do século XIX, ao intensificar o controle do capital sobre o trabalho, tem-se composto o palco para a constituição das lutas sociais e do fortalecimento do movimento socialista, ao serem problematizadas as demandas da nascente classe trabalhadora. Nesse processo, a burguesia é “compelida” a buscar, de um lado, novas estratégias de participação eleitoral, como ampliar o sufrágio em uma perspectiva liberal restrita à dimensão da formalidade, onde os processos de democratização foram esvaziados de conteúdo social; de outro, avançar com medidas de proteção social. É nesse cenário que mudam também as estratégias de controle social do capital sobre o trabalho.

De acordo com Wood (2002, p. 180) “[...] no capitalismo constituiu-se um corpo abrangente de cidadãos passivos, a ascensão do capitalismo foi marcada pelo desligamento crescente dos indivíduos [...] das obrigações e identidade costumeiras, corporativas, normativas e comunitárias”. Houve, ainda, o reconhecimento da classe trabalhadora como cidadã (condição de livre e igual), no terreno da emancipação política, pela efetivação de uma soberania individual, mesmo que, ideologicamente, de forma mistificada.

A questão da democratização tornou-se um problema fundamental da sociedade burguesa, no sentido de “resolver” a extrema antinomia apresentada, ou seja, a da incompatibilidade entre propriedade privada e liberdade civil, sobretudo após o episódio da Comuna de Paris (1871). O que ocasionou na manipulação do processo democrático pela burguesia, como resposta às lutas sociais empreendidas pelo movimento socialista, a partir da definição de critérios e condições restritivas quanto ao sufrágio universal, da produção de consensos, falseados para o controle das massas, enfim, um processo heterogêneo de constituição da democracia liberal. Mas, também configurou um campo de disputas que sofreu alterações significativas a partir do período entre os séculos XIX e XX, em que a população passou a exigir novas estratégias de controle pela via “democrática”, após as guerras mundiais e as diferentes crises enfrentadas pelo capital.

A crise deflagrada pela Grande Depressão de 1929 e pelos desdobramentos da Revolução Russa redundou em um reformismo, que se expressou pela aliança de setores do movimento socialista, democratas, republicanos e anticlericais, como estratégias de conciliação entre Estado e partidos trabalhistas. E, ainda, a versão liberal de cidadania, que se evidenciou na política social como estratégia de controle. Num primeiro momento, as protoformas de política social estiveram ligadas ao caráter punitivo e repressivo, expressas nas primeiras leis trabalhistas, garantia de atividade laborativa aos pobres, meritocracia.

Observa-se que os processos de democratização inscrevem-se em dimensões diametralmente opostas, e podem configurar projetos democráticos restritivos ou amplos. Assim, podem ser efetivadas concepções minimalistas, ao vincular e restringir a democracia à mera normatização de instituições políticas, colocando-a na esfera da governabilidade e eficácia administrativas, como categoria exclusivamente política, ligada a procedimentos, tais como a garantia do pluripartidarismo, das leis, do sufrágio e das eleições, uma mera questão de método. Assim, efetivou-se a democracia liberal burguesa.

Entre os séculos XIX e XX ampliou-se o processo de socialização da política, onde se configurou o Estado restrito e uma sociedade que se associa, “[...] que multiplica os polos de representação e organização dos interesses e, conseqüentemente, uma ampliação da cidadania política – a sociedade civil organizada” (PEREIRA, 2008, p. 88). Esse processo engloba diferentes esferas: produção, distribuição e consumo; diferentes interesses: Estado, mercado, trabalhadores e cidadãos; relaciona-se a demandas por igualdade e reconhecimento dos direitos sociais e segurança econômica. Mudando a feição do Estado a partir

de 1945. Evidencia-se a prevalência de uma economia mista caracterizada pela articulação entre mercado e Estado e, a co-responsabilidade na “[...]” formulação, gerenciamento de políticas favorecedoras de pleno emprego e de um conjunto de benefícios e serviços que, na perspectiva dos direitos asseguravam aceitáveis padrões de vida aos cidadãos” (PEREIRA, 2008, p. 88-89). Depreende-se desse processo que a articulação entre o padrão fordista de acumulação e as teorias keynesianas, configuradas na proposta do *Welfare State*, se desenvolveu no bojo dos anos de ouro do capitalismo, estreitando a relação entre cidadania e proteção social/política social.

No conjunto das contratendências “experimentadas”, historicamente, na perspectiva de reversão e subversão da ordem burguesa, mediante as lutas sociais, encontram-se, para além dos sindicatos, movimentos sociais, as experiências conselhistas e autogestionárias no âmbito do projeto da transição socialista. O movimento socialista também procurou aproveitar as possibilidades abertas pelo regime democrático burguês, porém esse regime se mostrou restrito quanto às garantias de representação política para os trabalhadores. A sociedade burguesa abriu perspectivas para construção e instauração da luta econômica e política entre as classes, e é nesse âmbito que se configurou a construção dos conselhos operários, como potencial organizativo e revolucionário da classe trabalhadora tendo em vista a transição socialista.

A crise dos Conselhos instaurou-se em decorrência da centralização e burocratização em seu interior. Mais de quarenta anos após as primeiras experiências, ao instaurarem uma renovação democrática, também sofreram um processo de burocratização, bem como, a introdução de métodos capitalistas: assalariamento, técnicas de aumento da produtividade, e definição de postos hierárquicos na administração da produção. Dessa miscelânea é importante destacar o dilema da representação e da autogestão, se ambas coexistem; da unidade indissolúvel entre política e economia; da complexa relação entre o sistema de conselhos e o sistema partidário; a garantia do caráter democrático dos conselhos, que se enfraqueceram dada a extrema burocratização e hierarquização cada vez maior em seu processo organizativo. Daí, porque esse projeto não se efetivou plenamente, ora predominou o espontaneísmo das experiências conselhistas – que não provocou mudanças profundas no processo produtivo, mas contribuiu largamente para a instauração dos processos revolucionários e para a compreensão do projeto socialista; ora predominou a excessiva planificação e estatização – que, no caso soviético, contribuiu para o desenvolvimento

econômico – em detrimento da mobilização e organização autônoma da classe trabalhadora.

Para consolidar a posição ideológica que questiona a viabilidade da sociedade de classes propondo a superação desses antagonismos é necessário repensar a prática social, o indivíduo não ser concebido fora do quadro da vida social, deve ser compreendido como ser humano humanizado com sua capacidade transformadora pela ação produtora.

Necessidade de retomar a questão da alienação e sua funcionalidade para a construção de uma organização societal para além do capital, apreendendo o funcionamento desse sistema, desvendando os limites da ação política e do processo organizativo da classe trabalhadora. Instituir novas formas de consenso no campo das lutas sociais.

No bojo dos processos ideológicos, de construção da consciência social, do processo de tomada de consciência dos conflitos sociais, que são definidos e problematizados os interesses sociais, os projetos societários. Segundo Mészáros,

[...] os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos [...] que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social. (2004, p. 65)

A construção e a predominância de um discurso ideológico em relação ao outro dependem da sua capacidade de difusão e de legitimação totalizadora, sobretudo no espaço em que se instaura o conflito, o âmbito da própria estrutura social. O conflito explicitado refere-se ao potencial de controle regulador das práticas produtivas e distributivas da sociedade. A pretensa solução do conflito refere-se ao potencial de controle na disputa entre forças antagônicas.

No conjunto das práticas sociais, na equação entre os processos de luta e as formas ideológicas orientadas para a prática, provavelmente, encontram-se as bases para a solução ou não dos conflitos. Assim, “[...] o que determina a natureza da ideologia, acima de tudo, é o imperativo de se tornar praticamente consciente do conflito social fundamental [...] com o propósito de resolvê-lo pela luta” (MÉSZÁROS, 2004, p. 65). Com base nessa análise, apreende-se que os discursos ideológicos não constituem meras abstrações, não são tipos ideais, mas manifestam-se, materializam-se nas práticas sociais, na mobilização e nas ações dos sujeitos coletivos. Há, portanto, a necessidade de identificá-los, na luta de classes, nos projetos societários em disputa.

Essa digressão histórico-analítica é ilustrativa para desvelar que é na disputa entre projetos societários antagônicos que se instauram as profissões e a consolidação de seus projetos em suas dimensões ideopolítica, teórico-metodológica, éticopolítica e técnico-operativa.

OS PROJETOS PROFISSIONAIS E A SUA VINCULAÇÃO ÀS LUTAS SOCIAIS

O questionamento central da reflexão aqui proposta refere-se à *possibilidade de articulação entre os diferentes projetos profissionais e as lutas sociais*, considerando o caráter antagônico consolidado pela luta de classes. No que diz respeito à possibilidade de articulação dos projetos de intervenção profissional que tenham caráter transformador com as lutas sociais, seu próprio caráter o coloca em sintonia profunda e profícua com tais lutas. É só pensarmos que a larga tradição de luta das classes trabalhadoras – mais precisamente a partir da constituição do proletariado – tinham como reivindicação a melhoria imediata em suas condições de vida e trabalho e como horizonte histórico a luta pela emancipação humana (em alguns casos).

Dessa forma, ao pensarmos os projetos profissionais a partir da perspectiva enunciada é pensá-los não apenas como articuladores e partícipes das lutas sociais, mas, sobretudo é necessário pensá-los como o desdobramento dessa longa tradição de lutas. Para que não fique dúvidas, entende-se que ambos na condição de projetos coletivos, signatários de um mesmo projeto de sociedade, vinculam-se entre si, mas resguardam particularidades, especificidades⁴.

No que tange à possibilidade de articulação de projetos de caráter conservador – que em nossa sociedade, entre outros, visa à manutenção do status *quo* das classes dirigentes e a manutenção do capital – com as lutas sociais, se daria como uma questão de estratégia e tática dessas mesmas classes. De forma simples, historicamente as classes dirigentes ao se verem ameaçadas no seu espaço de poder, vem utilizando, do recurso coercitivo, seja pela via pacífica de constituição de hegemonia – aí as profissões serão de fundamental importância – ou dos aparelhos repressivos do Estado, além do apoio e da adesão de amplos setores populares. Os processos históricos da luta de classes, como aludido anteriormente, são ilustrativos desse exercício de aproximações das classes dirigentes aos setores populares, quando da defesa de seus interesses. Durante a Comuna de Paris em 1871, a burguesia, já como classe dominante, vai fazer um chamamento ao campesinato

Frances, para a derrubada do regime que se instaurou a partir da sublevação do proletariado urbano, em troca, uma radical reforma agrária em terras francesas; nas experiências das duas guerras mundiais – em especial ao chamamento feito pelo nazifascismo na Alemanha e na Itália aos trabalhadores para darem suporte à guerra imperialista do capitalismo; no chamamento ao apoio popular para as “guerras contra o terror” e assim continuará em todo o momento que as classes dirigentes, se virem na necessidade de “apelar” às classes menos favorecidas, a fim de não deixarem o poder e suas polpudas taxas de lucro se esvaír.

Sem deixar de fora exemplos “tupiniquins”, os episódios do Estado Novo da Era Vargas, onde o próprio Vargas ao tentar convencer empresários brasileiros da necessidade em conceder os benefícios aos quais os trabalhadores reivindicavam, disse: “vão-se os anéis deixam-se os dedos”, ou seja, melhor garantir parcela ínfima da riqueza socialmente produzida pelos e para trabalhadores, em forma de benefícios assistenciais, do que partilhar verdadeiramente das riquezas e do poder com eles. Ou se preferirem é só pensar nas alianças feitas em fins de regime militar para garantir a Anistia e a campanha pela “Diretas Já!”. Se é fato que os setores progressistas, que lutaram e tombaram durante o regime, para o fim de tal estado de coisas, são os maiores mercedores e os legítimos vencedores de tal empreitada, naquele momento parte da elite nacional descontente com os rumos tomados pelos militares – diga-se de passagem que a esmagadora maioria da mesma apoiou no Golpe de Abril – não titubeou em fazer alianças com os primeiros, ainda que aqueles tenham sido um dos motivos para a justificativa do Golpe, tudo isso a fim de garantir a reprodução dos interesses do capital, sobretudo internacional.

Do exposto reafirma-se a reflexão aqui construída de que é possível vislumbrar uma compatibilidade e articulação entre os distintos projetos profissionais e as lutas sociais mais amplas, ou seja, a própria constituição dos projetos profissionais só é possível, na medida em que articulam respostas às necessidades sociais, se pensados a partir de sua vinculação direta a determinado projeto societário. É nessa perspectiva que se procura desvelar alguns elementos da constituição do Serviço Social como profissão, e os distintos projetos profissionais consolidados historicamente, desde a gênese da profissão até o contexto atual, no sentido de apreender em que momento histórico e que tendências teórico-políticas foram apropriadas pela profissão que se articulam aos interesses das lutas sociais calcadas na defesa e busca pela emancipação humana.

DOS PROJETOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL

A profissão de Serviço Social, mundo a fora e não seria diferente no Brasil, sempre foi marcada pelo seu conservadorismo. Para entendê-lo em sua plenitude seria necessária a busca de seus condicionantes históricos e teórico-metodológicos, em tempos anteriores ao de sua instituição – o qual tem como marco e referência os anos de 1930 e 1940 – porém, toma-se como ponto de partida as décadas citadas.

A gênese da profissão de Serviço Social é demarcada pela necessidade de controle social do padrão fordista/taylorista, vai ser nos marcos da organização do americanismo que se engendram as condições sócio-históricas em que se intensifica o processo de institucionalização do Serviço Social e que a profissão consolida-se e expande-se nas três primeiras décadas do século XX. O Serviço Social no bojo das mediações entre necessidades sociais e os sistemas de controle social, constitui-se, predominantemente, como elemento integrado aos processos de afirmação da cultura dominante, como parte das estratégias político-culturais de subalternização das classes detentoras da força de trabalho.

Nesse contexto as tendências que vão permear a constituição da profissão situam-se no campo da razão formal-abstrata, ou seja, no conjunto da tradição positivista, em um arranjo teórico-doutrinário, com a doutrina social da Igreja Católica imprimindo um forte fundamento conservador que redundou na naturalização da vida social, onde as desigualdades sociais são justificadas como uma condição inerente à pessoa humana. A atuação profissional pautava-se em ajuda psicossocial individualizada norteada por princípios ético-religiosos (Neotomismo), harmonizados com valores éticos e políticos, tais como: “O homem é capaz de progredir e cada um possui os meios da própria promoção social”. Nesse sentido o relacionamento é a instância privilegiada no processo de “ajuda”. As necessidades são encaradas como condutas desviantes, apreendidas a partir de suas relações abstratas, des-historicizadas, objetivadas como dificuldades de relacionamento. Nesse contexto o assistente social “ajuda”, “enquadra”, “ajusta”, “seleciona”.

O pressuposto central é a histórica prática caritativa e assistencialista da Igreja Católica brasileira, o Estado nacional – ocupado por setores da elite agrária e pela emergente burguesia nacional – vai buscar na Igreja, o apoio necessário às expressões da questão social – esta que vem a tona a partir das lutas da nascente classe operária brasileira – e com isso tentar manter sobre controle

tais manifestações. A Igreja por seu turno, preocupada com a retomada de sua influência junto à sociedade e ao Estado, vai se apoiar no laicato para dar conta desse processo doutrinário junto à mesma.

Para suas bases fundantes o Serviço Social emprestará da Igreja Católica o conservadorismo de matriz restauradora⁵, por seu turno, o Estado requisitará da profissão, respostas sintonizadas com o conservadorismo reformador, (SANTOS, 2007, p. 52-54), além é claro das influências peculiares do conservadorismo das elites nacionais (agrária e burguesa). A primeira combatendo o liberalismo e o comunismo, a segunda tentando dar conta do projeto engendrado pela burguesia. A primeira emprestando do conservadorismo reacionário europeu do século XIX, o apelo antimoderno. A segunda, com vistas ao desenvolvimento capitalista, “[...] reformando, adequando ou modernizando comportamentos sempre que a manutenção da ordem burguesa requirite.” (SANTOS, 2007, p. 50). Ou seja, quando pensamos o conservadorismo, devemos ter em mente que este “[...] é, portanto um componente ideoteórico de peso no Serviço Social do Brasil, devendo sua presença ser debitada a movimentos mais amplos que o estrito círculo da intencionalidade profissional” (SANTOS, 2007, p. 54-55).

A matriz conservadora expressa no âmbito da profissão oferece “[...] propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para intervenção” (YAZBEK, 2009, p. 148), expressando uma tecnificação da ação profissional. O processo de laicização do Estado e o agravamento da “questão social” vão exigir novas configurações profissionais e com essa exigência o questionamento do Serviço Social tradicional, com isso, a profissão assume as inquietações e insatisfações desse momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, que teve início em meados dos anos 1960 e se estendeu até os anos 1980. Tal movimento de reconceituação representou uma busca por teorização do Serviço Social, ao mesmo tempo em que provocou uma revisão e reordenamento nas tendências teórico-metodológicas que fundamentavam a formação profissional. Essas tendências assumiram, conforme Netto três perspectivas: 1) a modernizadora (pautada nas abordagens funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas), tendo em vista responder às necessidades do projeto desenvolvimentista e planejador do Estado; 2) a vertente de inspiração fenomenológica, que vai priorizar o sujeito, o diálogo, as vivências, reatualizando o conservadorismo, e; 3) a vertente marxista – a aproximação do Serviço Social a essa vertente se deu de forma enviesada, equivocada, ora

resvalando para um militantismo que anulava a importância do aprofundamento teórico, ora resvalando num superdimensionamento da participação popular.

Ao trazer tais análises não é difícil imaginar que as possibilidades de articulação entre tal projeto profissional e as lutas sociais, se darão sobretudo na perspectiva de manutenção do poder vigente – bem ao gosto da grande maioria de nossos empregadores – embora entenda-se que tal prática não deva ser cristalizada nela mesma, ou se correria o risco de decretar o fim do movimento da história.

Contudo, é observável que tal prática, vem no sentido da cooptação, quando não, da liquidação e dispersão das lutas e organizações populares. Acaba encontrando, quando não a resistência cerrada e legítima de tais organizações, maior ressonância junto as mesmas, isso porque tal discurso imbuído do referido projeto ao qual se vincula, expressa muitas vezes de forma dissimulada, o discurso do poder vigente, tendo assim como suporte, o fazer técnico profissional do assistente social e o aparato burocrático e ideológico do poder vigente a seu favor. Ou seja, anos luz da perspectiva da criação de uma contra-hegemonia.

Em contrapartida, tem-se na história recente da profissão uma guinada em direção oposta ao seu histórico conservadorismo. Tendo como marco o III CBAS de 1978, também conhecido como Congresso da Virada, as vanguardas atentas ao movimento histórico da sociedade, vão se apoiar nos seus instrumentos de organização legais mais combativos; nas lutas populares engendradas pelas classes trabalhadoras – que vinham numa crescente desde a segunda metade da década de 1970 – e no arcabouço teórico de inspiração marxista, para conduzir o Serviço Social brasileiro a um rompimento, com o conservadorismo presente na profissão.

Amparados nas organizações combativas da categoria, nas lutas mais gerais das classes trabalhadoras, bem como na teoria social marxista – para ficar nalguns pontos de significância para tal virada do Serviço Social – pode-se dizer que daquele momento em diante ao Serviço Social engendrou uma nova hegemonia no seio da profissão, combatendo o histórico conservadorismo profissional.

Essa aproximação se viabilizou em decorrência do processo histórico, que evidenciou a articulação da prática profissional às lutas e organização das classes trabalhadoras, exigindo novos padrões de sociabilidade, com base em experiências cotidianas; a necessidade de um debate crítico sobre as contradições sociais na esteira de um processo de luta por melhorias de condições de vida e de contestação da ordem estabelecida; a construção de estratégias de mobilização, capacitação e organização das classes trabalhadoras no movimento contraditório da sociedade,

visando a recuperação da unidade entre o pensar e o agir, na constituição de um novo homem, base e expressão de novas subjetividades e normas de conduta, isto é, de uma cultura contraposta à cultura dominante.

Nesse momento são privilegiadas experiências que buscavam um rompimento com o projeto profissional tradicional com base na referência marxista, rejeição das instituições estatais para o exercício de uma prática comprometida com os interesses das “classes subalternas” (Método BH) e a influência do estruturalismo de Althusser. Evidencia-se ainda a negação das bases conservadoras da profissão frente às demandas e necessidades das “classes subalternas”; a necessidade de superação das referidas bases mediante construção de um projeto profissional vinculado às forças progressistas no movimento de formação de uma nova ordem social.

O questionamento da razão formal-abstrata, ou instrumental, pelo Serviço Social se deu também em razão de sua interlocução com as ciências sociais. Segundo Simionatto (2009, p. 99) “[...] os profissionais passam a interrogar-se sobre questões relativas às instâncias estrutural e superestrutural com problematizações não somente na esfera econômica, mas também nas esferas política, ideológica e cultural”. Esse processo provocou mudanças substantivas no que se refere aos referenciais teórico-metodológicos e prático-operativos de intervenção na realidade social.

Muito em decorrência também da consolidação da pesquisa nos espaços da formação pós-graduada, que é hoje um elemento significativo no Serviço Social brasileiro, que atesta a sua maioria intelectual. Segundo Netto (2009, p. 693), a inserção do pensamento de Marx contribuiu decisivamente para oxigenar o Serviço Social brasileiro, constituindo uma nova geração de pesquisadores.

A partir de então, a profissão adentrará nos anos de 1980, ressignificando os seus saberes e sua prática profissional, não apenas na perspectiva conservadora, já que esta não foi nem será eliminada da profissão, mas ao contrário, consolidando a possibilidade de legitimação de uma perspectiva emancipadora. Saberes e práticas ressignificadas que podem ser observadas em um primeiro momento, nas lutas travadas junto às organizações das classes trabalhadoras, na produção teórica do Serviço Social, no currículo mínimo de 1982 da PUC-SP, e no código de ética de 1986. Saberes e práticas que terão fôlego ainda, para adensar o debate durante a controversa década de 1990 e sair dela com a consolidação de sua produção teórica, com um novo currículo de formação

profissional, com um novo código de ética e com uma direção posta à profissão pressupondo como,

[...] valor central a *liberdade*, fundada numa ontologia do ser social assentada no *trabalho*, [tendo] como princípios fundamentais a *democracia* e o *pluralismo* e, posicionando-se em favor da *equidade e da justiça social*, [optando] por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero. (CFAS, 1993, p. 11 apud NETTO, 1996, p. 117)

O que culminou também na redefinição do projeto de formação profissional, a partir da revisão do Código de Ética de 1993, das diretrizes curriculares de 1996, que adotam a teoria crítico-dialética como princípio teórico-metodológico e que imprime uma direção social e política à profissão. Assim se configura o projeto ético-político da profissão consolidando a defesa de uma proposta transformadora da ordem vigente, e a opção pelo projeto da modernidade, da razão crítica. Dessa feita, não sem menos polêmicas, entende-se que tal projeto vem se constituindo no interior da categoria como o verdadeiro espaço de articulação com as lutas sociais e populares. Nesse processo de construção de outro projeto profissional, calcado na possibilidade concreta de ruptura com o projeto conservador da profissão que tem como solo fundante, o conservadorismo religioso e burguês, destaca-se sem titubear, que o atual projeto hegemônico profissional – que convencionalmente, vem sendo tratado como “Projeto Ético-político Profissional do Serviço Social” – funda-se nas lutas sociais e populares do quadrante histórico acima mencionado (fins da década de 1970) e que entre outros, mas por esse motivo principal, podemos dizer que o projeto ético-político do Serviço Social, tem nas lutas populares seu momento fundante, o que o vincularia, como a nenhum outro projeto da profissão, às referidas lutas.

Em se pensando a filiação teórica de tal projeto e a direção por ele posta, se por um lado temos a legitimidade do vínculo com as lutas sociais e populares, por outro, ao pensar a contradição entre capital e trabalho, não estaremos numa situação confortável como poderíamos supor: (1) se é fato, e o é, que o projeto ético-político do Serviço Social tem como horizonte histórico a construção de outra ordem societária sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero e tendo como valor central a liberdade, nada mais antagônico ao proposto pela ordem social vigente, logo, nada mais difícil que a defesa e implementação de tal projeto; (2) se a defesa de tal projeto se antagoniza com a ordem social vigente,

a posição do profissional não deveria ser a da cooperação, mas a de confronto e de superação do mesmo, contudo, ao pensarmos os vínculos empregatícios do profissional de Serviço Social, e o que é esperado dele em tais espaços, podemos supor que na esmagadora maioria das vezes não será solicitado do profissional, nenhuma proposta transformadora, quando muito reformista; (3) mesmo considerando a direção hegemônica posta para a profissão vinculada a perspectiva histórico-crítica, ainda assim, não seria possível uma vinculação plena da profissão com as lutas sociais e populares, pois, se não foi permitido ao Serviço Social a ruptura total com seu histórico conservadorismo, reafirmar essa unilateralidade seria um equívoco teórico-metodológico, pois, conforme se argumentou até aqui, os projetos profissionais não são monolíticos e homogêneos, constituem-se no contraditório do movimento real da história, nos processos de produção e reprodução social, reconhecer essa construção plural e a existência de projetos profissionais antagonônicos, é reconhecer sua construção dialética e sua determinação sócio-histórica, onde pelo mesmo objeto de intervenção profissional reproduza:

[...] pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação do seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta à necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isto inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte das classes trabalhadoras. (IAMAMOTO, 2009, p. 75)

E nesse processo de disputas pela hegemonia entre projetos profissionais, situam-se basicamente duas tendências:

1. Neoconservadora: com tendências pós-modernas, que situam a ação profissional como um campo de fragmentos restritos às demandas do mercado de trabalho, que não permite extrapolar a aparência dos fenômenos sociais e reafirmam a base reformista e ideo-política da ordem burguesa, ainda que sob um discurso de apoio às lutas populares.

2. Da tradição marxista: cuja ação profissional calcada em uma perspectiva de totalidade, legitimando o caráter histórico-ontológico. Buscando efetivar a leitura teórico-crítica do atual processo de desenvolvimento capitalista e suas particularidades no Brasil e no campo das políticas públicas, bem como seus rebatimentos no exercício profissional.

Dessa forma, é na estreita articulação com os movimentos, entidades e forças políticas dos trabalhadores em defesa dos direitos humanos e sociais que se consolidam as bases para o fortalecimento da segunda tendência apontada. O Serviço Social, como profissão historicamente determinada, reconhece a sua complexidade, inserida e construída no movimento real da formação social capitalista. O problema que se apresenta não seria de articulação, mas de condução do mesmo, de acordo com as situações propostas acima, quais sejam: pelo enfrentamento direto ao capitalismo; pelas organizações que o contratam; pela vinculação orgânica com suas raízes conservadoras; pela forma mesma de organização de nossa sociedade onde a contradição esta posta para todos os níveis da vida social.

Para tanto é preciso investir num projeto coletivo para superar os obstáculos. O conhecimento contribui para a consolidação de uma prática inovadora e eficiente. Nesse processo, o projeto profissional constitui-se em um guia para a intervenção, articula, em uma perspectiva de totalidade, teleologia e causalidade, pois estabelece finalidades e antecipa resultados, não se converte no âmbito exclusivo do imediato, está, a princípio na esfera da intencionalidade, porém implica em compreender a racionalidade que permeia as requisições instrumentais, sempre recolocadas como uma necessidade urgente e imediata. Implica ainda, apreender o movimento das classes sociais e do Estado, para iluminar a leitura da realidade. Captar novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrir alternativas, sobretudo, no que se refere ao fortalecimento das lutas sociais e populares que se vinculam à busca da emancipação humana.

Como parte do cotidiano profissional, no cumprimento de suas competências e atribuições sócio profissionais, tendo em vista a necessidade de conhecer as condições do exercício profissional, seu objeto de intervenção – a “questão social”, aqui entendida na sua base de formação que se instaura com a lei geral de acumulação capitalista, na extração da mais-valia, e exploração do trabalho e que se renova e se reproduz nas novas expressões no contexto do

capital fetiche –, no modo como se processam as condições e relações de vida e de trabalho dos sujeitos sociais que são atendidos pelos assistentes sociais.

Daí a necessidade de se estabelecer de forma indissociável a relação entre as dimensões interventiva e investigativa no âmbito profissional. Como afirma Guerra (2009) o caráter investigativo é central no conjunto das competências e atribuições profissionais. Desenvolvendo-a, em três níveis, no das competências teórico-metodológicas, tendo em vista a totalidade social. Das competências políticas, permitindo a sociedade como um espaço repleto de contradições, interesses econômicos e sociais. E, no nível das competências técnico-operativas, potencializando o conhecimento da realidade institucional, dos usuários, entre outros, tendo em vista qualificar a construção das respostas às demandas impostas à profissão, pois a partir da perspectiva crítica constrói-se o caminho para a autonomia, competência e compromisso profissionais, desvelando o mundo, como nas palavras de Calvino (2009), em sua dureza, para constituir as bases de refundação do homem, na essência e especificidades do ser social, dimensões ético-políticas construídas e tão presentes no projeto profissional. Nessa perspectiva também, deve-se considerar que o projeto profissional se constitui no âmbito da práxis, que é construída na processualidade cotidiana, no ato da satisfação das necessidades humanas, e é nessa base concreta, sócio-histórica, na vida cotidiana do ser social, que se reafirma em uma unidade contraditória, que os projetos profissionais se alicerçam e as possibilidades de qualificação e fortalecimento das lutas sociais e populares pelo Serviço Social concretizam-se.

SOCIAL STRUGGLES, SERVICE PROFESSIONALS AND SOCIAL WORK

ABSTRACT

It is intended that text to question the intrinsic relationship between the historical context of social struggles, the role ideo-political projects that professionals assume the strengthening of antagonistic conceptions of society, especially the bourgeois order, the construction of social work as a profession and their contribution to the struggles linked to social movements that are rooted in the quest for human emancipation.

Keywords: Social struggles. Professional projects. Social Work.

NOTAS

¹ “As classes trabalhadoras são potencialmente constituídas pelos assalariados, despossuídos, envolvidos na produção global do capitalismo (produção, reprodução, troca e consumo), isto é, no processo de produção e realização da mais-valia, advinda da superexploração da força humana de trabalho.” (ABRAMIDES, 2006, p. 39)

² A estrutura do conceito de alienação, segundo Marx, está presente na grande maioria dos textos marxianos, em uns de forma mais evidente que em outros: em *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Marx preocupa-se com os problemas do Estado, critica a centralidade ontológica que Hegel atribui ao Estado (como criador da sociedade civil). Primeiro texto em que o proletariado aparece como sujeito da revolução, e já podem ser identificadas temáticas como a práxis, com base na ação prática transformadora, bem como a crítica ao reducionismo da perspectiva emancipatória pela política. Hegel, contemporâneo da Revolução Francesa mesmo como intelectual que consolidou uma filosofia idealista, do ponto de vista do capital, reconhece os antagonismos históricos objetivos, mas localiza as possibilidades de superação dos conflitos de classe com base em uma classe universal representada pelo Estado monárquico. Deriva então a crítica de Marx, à atitude cega em relação à dimensão destrutiva do capital, mesmo considerando que Hegel reconhece a necessidade da História em seu processo dialético e nega a perspectiva de ruptura da sociedade capitalista. Em *Questão Judaica* essa questão se expressa pela crítica à cisão do homem em cidadão público e indivíduo privado, em que o significado da emancipação política apresentada pela sociedade burguesa é extremamente limitado, pois a concepção de homem legítima nesse contexto é o cidadão burguês, ou seja, não há a possibilidade de universalização dos direitos humanos, pois a sociedade burguesa é fundada na desigualdade econômico-social. Em *Ideologia Alemã*, Engels e Marx (2007) criticam a tarefa da filosofia, crítica radical à autoalienação humana, e não só do ponto de vista da religião, ou político que falseia a parcialidade pelo signo da pseudouniversalidade. O conceito de alienação, assim como todas as demais categorias em Marx, possui uma vinculação histórica e tem como ponto de convergência os múltiplos problemas socioeconômicos e políticos; nessa premissa, situam-se a crítica à separação entre as dimensões da economia, da política e da filosofia.

³ Em *Manuscritos Econômico-Filosóficos* explicita-se a aproximação de Marx com os estudos da economia política e sua crítica. Assim destaca Frederico (1995, p.125): “O primeiro encontro de Marx com a economia política está documentado nos dois manuscritos redigidos em Paris em 1844 e só publicados em 1932: os *Cadernos de Paris*, compostos de extratos, seguidos de comentários, de autores clássicos: Smith, Ricardo, Say, etc. A leitura dessas obras serviu de base para a redação dos famosos *Manuscritos econômico-filosóficos*”. O autor afirma ainda que: “Os *Cadernos de Paris* e os *Manuscritos econômico-filosóficos*, primeira crítica da economia política, marcam uma ruptura decisiva na evolução intelectual de Marx. A redação desses textos não só fez conhecer o rumo dos estudos que irão orientar, daí para frente, a produção teórica de Marx” (FREDERICO, 1995, p.127). Marx ainda embebido na fonte do materialismo de Feuerbach, explicita suas diferenças quando dá ênfase a uma redefinição radical na relação do homem com a natureza. O texto contido em *Manuscritos Econômico-filosóficos* mesmo preenche de contradições em relação a influência de Feuerbach apresenta uma ruptura com a antropologia humanista feuerbachiana e já estabelece as bases para a proposta de uma ontologia materialista. Outro aspecto a ser destacado é que a aproximação de Marx com a economia política também se deve ao fato de ele atentar para essa temática no contato com o texto de Engels, publicado, em seguida, nos anais franco-alemães, “Engels não só iniciou Marx no estudo da economia política como também lhe forneceu elementos conceituais para a crítica dessa ciência”. (FREDERICO, 1995, p. 128)

⁴ Além do que os limites de um dado projeto profissional contra-hegemônico na sociedade capitalista “[...] cujas balizas mais evidentes se expressam nas condições institucionais do mercado de trabalho.” (NETTO, 1999, p. 97), tendem a ser mais diretamente afetados pelo sistema.

⁵ Este por sua vez vem da proposta conservadora defendida pelos nobres desalojados do poder após a Revolução Francesa de 1789. (SANTOS, 2007)

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. O Projeto Ético-político Profissional do Serviço Social Brasileiro. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *O caracol e sua concha*: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

CALVINO, Ítalo. *Assunto encerrado*: discursos sobre literatura e sociedade. Tradução de Roberta Barni. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

COUTINHO, Calos Nelson. *O Estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

FREDERICO, Celso. *O jovem Marx.1843-44*: as origens da ontologia do ser social. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Crise do socialismo e movimento operário*. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 33).

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: GUERRA, Yolanda (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 702-717.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos*. O breve século XX. 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *O serviço social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2008.

LUKÁCS, György. *Socialismo e democratização*. Escritos políticos 1956-1971. Organização, introdução e tradução Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MARX, Karl. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana (manuscritos econômico-filosóficos de 1844). In: FERNANDES, Florestan. (Org.). Marx/Engels. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Ideologia Alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. 1845-1846*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *A teoria da alienação em Marx*. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *O poder da ideologia*. Trad. Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Editora Ciências Humanas Ltda, 1981.

_____. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, Francisco de. RIZEK, Cibele Saliba. (Org.) *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007. (Estado de Sítio).

PEREIRA, Potyara A. P. *Política Social: temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Josiane Soares. *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMIONATTO, Ivete. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In: GUERRA, Yolanda (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 88-106.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 144-163.

WOOD, Ellen M. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.